

A Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos - SPS/CE apresenta o 13º boletim da Vigilância Socioassistencial, compreendendo a importância dessa função e objetivo da política de assistência social, na medida que produz conhecimentos que impliquem na garantia da proteção social e na defesa de direitos dos usuários.

Nesta edição, traz-se como destaque a realização das Conferências Municipais de Assistência Social com o tema **“Assistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado, com Financiamento Público para enfrentar as Desigualdades e garantir Proteção Social”**.

Mesmo com a continuidade da pandemia pelo coronavírus e todos os desafios trazidos por ela, os municípios cearenses se organizaram e articularam-se para realizar suas conferências, fazendo valer o papel destas como um importante instrumento de controle social.

As conferências proporcionaram momentos de troca, diálogos, análises e proposições para o fortalecimento da assistência social enquanto política pública para quem dela necessita, colocando em destaque a necessidade de resistência aos tempos desafiadores vividos e a capacidade de se ainda sonhar com uma sociedade mais justa e igualitária.

AS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS NO ESTADO DO CEARÁ

O controle social tem sua concepção advinda da Constituição de 1988 enquanto instrumento de efetivação da participação popular, onde a sociedade civil pode intervir nas políticas públicas, em conjunto com o Estado, para determinar suas necessidades/ interesses e monitorar a execução dessas políticas.

As conferências são instâncias de controle social que têm por atribuições a avaliação da política de assistência social e a definição de diretrizes para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Elas são convocadas pelos conselhos de assistência social, de forma ordinária, a cada quatro anos. Em 2021, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), conforme resolução nº 30/21, requereu que as conferências municipais fossem realizadas no período de 03 de maio a 31 de agosto.

Considerando a aprovação do II Plano Decenal da Assistência Social (2016-2026) por meio da resolução CNAS nº 07/16 e a conjuntura atual, foi definido para a conferência de 2021 o tema **“Assistência Social: direito do povo e dever do estado, com financiamento público para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”**. Com vistas a favorecer os debates no processo conferencial, foram organizados 05 eixos:

- Eixo 01: A proteção social não contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades;
- Eixo 02: Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais;
- Eixo 03: Controle social: o lugar da sociedade civil no Suas e a importância da participação dos usuários;

- Eixo 04: Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social;
- Eixo 05: Atuação do Suas em situações de calamidade pública e emergências.

Para que os municípios pudessem realizar suas conferências, o estado apoiou o processo conferencial por meio das seguintes ações:

- Realização de 03 reuniões descentralizadas e ampliadas com os 184 Conselhos Municipais de Assistência Social e técnicos de gestão para orientar o processo conferencial 2021;
- Elaboração de “passo a passo” das etapas de realização das conferências municipais, desde a orientação para convocação até modelos de relatório, decreto, resolução, atas;
- Formação da comissão de apoio às conferências municipais, disponibilizando técnicos e conselheiros estaduais para realizarem as palestras magnas (abordando o tema central e os 05 eixos) das conferências municipais;
- Gravação de pequenos vídeos abordando os temas dos 05 eixos para os municípios apresentarem nos trabalhos de grupo;
- Orientações gerais, tanto do Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas) como da SPS, aos conselhos municipais para que pudessem realizar suas conferências.

Conforme o Ceas, durante o processo conferencial, dentre as principais dificuldades apontadas pelos municípios estavam o período da pandemia e o acesso à internet/ obtenção de link, pois muitas das conferências foram realizadas de forma híbrida ou remota. Contudo, para os municípios que desejaram realizar o momento de forma presencial, estipulou-se a quantidade mínima de 60 participantes para os de pequeno porte I e II e a de 90 participantes para os demais portes (médio, grande e metrópole).

No Ceará, todos os municípios realizaram suas conferências de Assistência Social no prazo estipulado pelo CNAS, com exceção de 02 deles, que devido à necessidade da realização de novas eleições municipais foi concedido uma prorrogação do prazo para até 31 de setembro. As conferências de ambos já foram realizadas.

Apesar da conjuntura atual do país, da fragilidade por que passa a política de assistência social em relação à diminuição de recursos e os desafios trazidos pela pandemia às gestões e equipes técnicas, as conferências municipais representaram um momento de luta pela defesa da referida política.

A organização e mobilização do processo conferencial pelos municípios em tempos de isolamento social, demonstraram a força e a capacidade de articulação dos(as) trabalhadores(as) e conselheiros(as) do Suas, bem como o compromisso em propiciar, conforme as realidades locais, um debate que desse visibilidade à importância da política de assistência social, considerando as situações de vulnerabilidade e risco existentes nos territórios, o agravamento das mesmas diante à pandemia e o respeito às necessidades dos(as) usuários(as).

Seguem alguns registros das conferências municipais no Ceará.

*“O momento que vivemos é um momento pleno de **desafios**. Mais do que nunca é preciso ter **coragem**. É preciso ter **esperanças** para enfrentar o presente. É preciso **resistir** e **sonhar**”. (Marilda lamamoto)*



INSTÂNCIAS DE PACTUAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB

Nos meses de junho a agosto, a CIB/CE pactuou as seguintes resoluções:

- **Resolução nº 11/2021:** Pactua o Plano de Apoio Técnico e Educação Permanente dos Gestores, Trabalhadores e Conselheiros do Sistema Único de Assistência Social (Suas) de âmbito estadual e municipal do órgão gestor da política de assistência social;
- **Resolução nº 12/2021:** Pactua a formação de Câmara Técnica para elaborar proposta de protocolo de integração entre o Cartão Mais Infância Ceará e os serviços e programas socioassistenciais;
- **Resolução nº 13/2021:** Repactua o adiamento da realização do Censo e Mapa de Risco Pessoal e Social - Cemarís do ano de 2021, como uma das fontes de pesquisa da Política de Assistência Social.

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Ceas



Durante o período de junho a agosto, foram realizadas 03 reuniões da comissão organizadora da 14ª Conferência Estadual focando na discussão e elaboração do regimento interno e da programação do evento, bem como na apresentação do instrumental de sistematização das proposições das conferências municipais. Também realizou-se a III Reunião Descentralizada e Ampliada do Ceas com os

conselhos municipais.

No que se refere ao processo conferencial municipal, o Ceas manteve-se à disposição para as orientações e esclarecimentos necessários junto às equipes locais. Dos 184 municípios cearenses, em 95 deles houve a participação de conselheiras do Ceas e técnicos da SPS como conferencistas, respectivamente, 22 e 73.

CONQUISTA PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO CEARÁ



Em agosto desse ano foi instituída a **Lei nº 17.607** que dispõe sobre a **Política de Assistência Social no Estado do Ceará**, a qual foi regulamentada pelo decreto nº 34.262 de 27 de setembro de 2021.

A aprovação da lei e sua regulamentação pelo decreto antecederam a criação do **Pacto pelo Fortalecimento das Políticas de Assistência Social** no estado, o qual foi lançado oficialmente em 27 de setembro pelo governador Camilo Santana. Com investimento superior a R\$72 milhões, o pacto tem o objetivo de fortalecer o Suas no Ceará. Dentre as ações do pacto estão: universalização do cofinanciamento estadual para todos os Cras, bem como a construção de novas unidades; doação de carros aos municípios; entrega de computadores aos Cras; contratação dos agentes sociais, etc.



PACTO **UMA VIZIBILIDADE** **CEARÁ** **GOVERNO DO ESTADO**

Pacto pelo Fortalecimento das Políticas de Assistência Social do Ceará

Mais de R\$ 72 milhões de investimentos

- 396 CRAS no Ceará
1 computador para cada
- Serão construídos **mais 24 CRAS**
- Governo do Ceará está instituindo o **Prêmio Incentivo à Assistência Social**

Premiação

O Prêmio de Incentivo Assistência Social é destinado aos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

- Os 30 CRAS com o melhor desempenho receberão prêmios em dinheiro
- 1º ao 5º colocado:** R\$ 150.000,00 para cada CRAS
- 6º ao 10º colocado:** R\$ 100.000,00 para cada CRAS
- 11º ao 20º colocado:** R\$ 50.000,00 para cada CRAS
- 21º ao 30º colocado:** R\$ 25.000,00 para cada CRAS

1 Brinquedopraça e 1 Academia ao ar livre para o município do primeiro colocado

- Cofinanciamento expandido** para os 396 CRAS do Ceará
- Agentes sociais Mais Infância**
 - Bolsistas selecionados em todo o Estado
 - Bolsas de R\$ 1.200 a R\$ 1.800
 - Apoio do Programa nos municípios
 - Pontes entre o Governo e o município, aproximando a política pública da comunidade.
- Big Data Social**
Ferramenta digital que oferece à gestão pública e à sociedade uma visão integrada e transparente da área de Proteção Social do Ceará

Programas e Ações de Proteção Social no Ceará

Mais de R\$ 900 milhões em investimento

- Mais Infância
- Políticas de Acolhimento
- Formação e Capacitação
- Políticas de Acessibilidade
- Políticas para Idosos
- Casa da Mulher Cearense
- Artesanato
- Vale-Gás Social

SPS EM AÇÃO

Conforme a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), dentre as competências dos Estados está a de realizar o monitoramento e avaliação da política de assistência social, bem como assessorar os municípios para o seu desenvolvimento. Sendo assim, a SPS reafirma o seu compromisso por meio das Coordenadorias da Gestão do SUAS, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial em contribuir para o fortalecimento da política de assistência social a nível municipal.

Gestão do Suas



A Coordenadoria de Gestão do Suas – CGSuas, compreendendo a importância do apoio técnico aos municípios para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social na gestão e na oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, realizou de forma remota as seguintes ações nos meses de julho e agosto:

➤ **Curso de Gestão Orçamentária e Financeira da Assistência Social**

Destinado aos(às) secretários(as) municipais que estão assumindo a pasta pela primeira vez, foram ofertados os módulos I e II no referido período, os quais contaram com a participação de 80 e 42 secretários(as), respectivamente.

Na ocasião, foram abordados os temas “Instruindo e Arquivando Processos de Compra e Pagamento”; “Plano de Ação do Cofinanciamento Federal e Estadual” e “Demonstrativos de Execução Físico-Financeiros Federal e Estadual”, além da aplicação de exercícios práticos referentes aos assuntos trabalhados.

Importante ressaltar a participação e apoio do gerente do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas), Paulo Pimenta o contador social, que expôs os conteúdos de forma didática, com uma linguagem simples e esclareceu as dúvidas dos participantes.

- **Reunião Técnica com a Secretaria Nacional de Assistência Social e o INSS**, abordando a Lei nº 14.176/2021 que altera os critérios de acesso ao BPC e dispõe sobre o auxílio inclusão. Na ocasião, 141 municípios registram presença e 788 pessoas participaram;
- **Oficina de Apoio Técnico sobre o Preenchimento do Censo e Mapa de Risco Pessoal e Social do estado do Ceará – Cemarís 2021**, a qual contou com a presença de 155 municípios e 203 participantes.

No período também foi realizada a revisão do sistema online do Cemarís 2021, bem como a abertura do mesmo, além da publicação da sistematização do Cemarís 2020.

Proteção Social Básica



A Célula de Acompanhamento aos Serviços, Benefícios e Programas Socioassistenciais (CASBS) e o Núcleo de Ações Socioassistenciais (NASA), continuam realizando o apoio técnico de forma remota, por meio de reuniões e oficinas virtuais e, extraordinariamente, de forma presencial na SPS. Entre os meses de junho e agosto deste ano, foram realizados o assessoramento e monitoramento pela CASBS, através do NASA, a 390 Centros de Referência da Assistência Social (Cras) dos 184 municípios.

Também foram realizadas, de forma virtual, reuniões integradas com a equipe do Programa Criança Feliz (PCF) junto a 47 municípios, as quais somaram a participação de 954 pessoas entre profissionais dos Cras e do PCF. A CASBS também participou da comissão do edital e seleção de candidatos ao cargo de agente social do Cartão Mais Infância Ceará (CMIC).

A partir da aplicação do instrumental de monitoramento remoto realizado pela equipe junto aos Cras, verificou-se que 65% destes equipamentos estão funcionando em horário normal (8h/dia) e 31% com horário diferenciado. Predomina o modelo híbrido, com equipes distribuídas em escalas, respeitando a realidade local e o estágio de evolução da Covid19 no território. Os equipamentos em funcionamento realizam a efetiva entrega das provisões e apoio às famílias mais vulneráveis.

Observou-se também, que 396 Cras sinalizaram que estão passando pelo processo de adaptação, buscando superar as dificuldades identificadas na fase de mudança da gestão e início da pandemia. Avanços ocorreram em relação ao apoio financeiro dos três entes federados; portarias com regras e procedimentos e contratação de recursos humanos. Contudo, 114 Cras ainda encontram-se com equipes de referência incompletas, situação que afeta a execução dos serviços e gera sobrecarga de trabalho.

Dentre os desafios que ainda se apresentam para as equipes técnicas dos Cras destacam-se: dificuldade de transporte exclusivo para realização de visitas e busca ativa; ausência de equipamentos de áudio/vídeo próprios do Cras; territórios extensos e com presença de violência; estrutura física inadequada; equipes incompletas; famílias sem acesso à internet/celular, dificultando os atendimentos remotos; recursos insuficientes.

Assim, diante das dificuldades apontadas, reforçou-se a recomendação aos gestores sobre a observância do plano de retomada e a necessidade de um plano de trabalho intersetorial; mapeamento da rede socioassistencial no território; o planejamento das ações/ recursos e a reorganização das equipes e das ofertas/ respostas às demandas.

Em relação ao **Programa Acessuas Trabalho**, houve a divulgação de 02 notas técnicas com informes e orientações aos 57 municípios participantes. Destes, 20 já concluíram com 100% das metas pactuadas. Os outros 37 municípios, face à pandemia, tiveram suas oficinas presenciais suspensas, por orientação de normativas federais. As ações do programa terão continuidade até dezembro de 2021.

CARTÃO MAIS INFÂNCIA CEARÁ (CMIC)

O Programa Estadual Cartão Mais Infância contempla os 184 municípios cearenses. Em 2021, o governo do Estado autorizou a expansão gradual do CMIC para até 150 mil famílias em situação de extrema pobreza, além de aumentar o valor repassado de R\$ 85,00 para R\$ 100,00 por família.

TABELA 01 – QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS PELO CMIC

ANO 2020	ANO 2021
DEZEMBRO	JULHO
44.946 famílias	125.391 famílias

Fonte: Núcleo de Transferência de Renda – NBTR/ SPS

No tocante ao trabalho social com as famílias do CMIC, a equipe da CASBS acompanha remotamente os municípios cearenses na vinculação das famílias beneficiárias ao Serviço PAIF dos Cras. As equipes municipais, contudo, apontam algumas dificuldades para a operacionalização do CMIC como: grande quantidade de famílias para atender, vincular e atualizar cadastro, com equipe reduzida e outras demandas do Cras; burocratização do atendimento pelo banco do município; ausência de profissional específico para operacionalizar o programa em cada Cras; equipes inexperientes na política de assistência social, demandando um ritmo de trabalho mais lento; dificuldades no acesso às famílias residentes na zona rural, dentre outros.

AUXÍLIO CESTA BÁSICA

O governo estadual lançou o auxílio Cesta Básica que beneficiará gradualmente 150 mil famílias de trabalhadores de transporte escolar, alternativos, feirantes, ambulantes, mototaxista, motorista de aplicativos, despachantes de documentos de trânsito, bugueiros, guias de turismo atingidos pelos efeitos da pandemia. O auxílio tem o valor de R\$ 200,00 por família, pago em duas parcelas de R\$ 100,00 no formato de cartão-alimentação. Conforme dados da Célula de Segurança Alimentar e Nutricional (CSAN), foram contemplados até o momento 18.800 profissionais,



Em mais uma ação da SPS, o Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará, e o Instituto da Infância – IFAN, através dos Programas Mais Infância Ceará e Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz, realizou 06 encontros regionalizados de forma virtual com os Comitês Municipais intersetoriais da Primeira Infância, com o objetivo de elaborar o diagnóstico da Primeira Infância de cada município. Participaram ao todo 162 municípios, com 551 representantes das políticas da Assistência Social, Saúde, Educação e Cultura. Os seis encontros foram muito participativos e avaliados de forma positiva para elaboração dos Planos Municipais que terá continuidade durante o mês de setembro.

Em agosto comemora-se o mês alusivo à Primeira Infância e o Ceará, através do Programa Mais Infância, participou da programação do governo federal em duas atividades, bem como elaborou uma programação envolvendo os municípios cearenses, com o objetivo de sensibilizar o poder público e a sociedade sobre a importância do investimento na Primeira Infância.

Proteção Social Especial



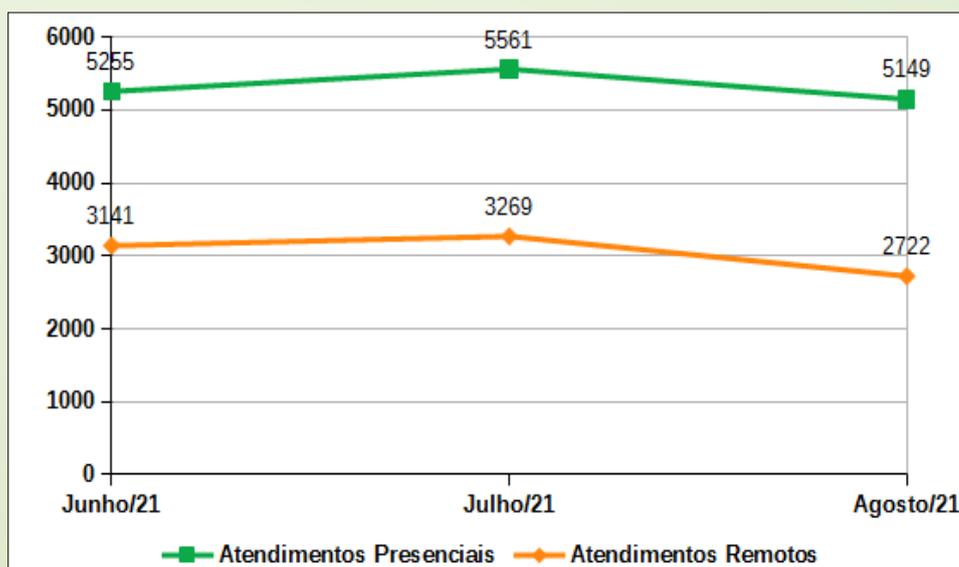
Proteção Social Especial de Média Complexidade

Como destaque dessa área, foi realizado em 30 de junho o webnário “Ceará contra o Trabalho Infantil” em alusão à Campanha de 12 de Junho – Dia Internacional e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. A ação foi relevante considerando que, conforme dados do Registro Mensal de Atendimento (RMA) de janeiro a agosto deste ano, 198 crianças e adolescentes de até 15 anos em situação de trabalho infantil no Ceará ingressaram no Paefi (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos).

CREAS MUNICIPAIS

A pandemia permanece, contudo as equipes vêm adequando-se à oferta dos serviços conforme a nova realidade. Os atendimentos continuam sendo realizados nas modalidades presencial e remota. Entre os meses de junho e agosto, observou-se uma redução de 2,01% dos atendimentos presenciais e de 13,33% dos remotos, conforme aponta o gráfico abaixo.

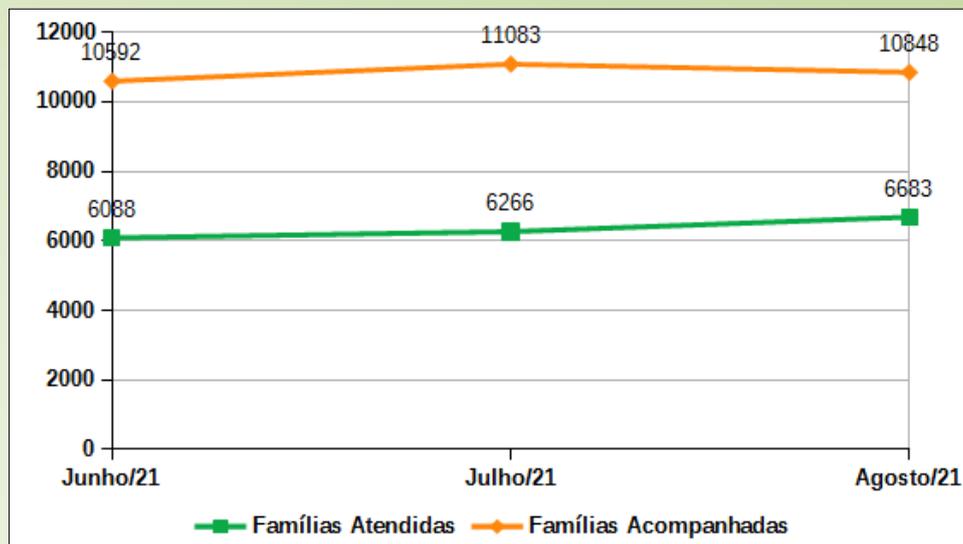
Gráfico 02



Fonte: Célula de Atenção a Média Complexidade – CAMC/SPS

No que se refere à quantidade de famílias atendidas e acompanhadas no período informado, houve um leve aumento de 9,77% e 2,41% respectivamente, apesar de no mês de agosto ter havido uma redução das famílias em acompanhamento se comparado a julho.

Gráfico 03



Fonte: Célula de Atenção a Média Complexidade – CAMC/SPS

Em relação ao quantitativo de pessoas em situação de rua identificadas pelos Creas municipais na ausência de Centro Pop, houve um leve aumento de 194 para 214, representando 10,30%, de junho para julho. Porém, em agosto houve a identificação de 133 pessoas, configurando redução de 37,85% em relação ao mês anterior.

No tocante ao Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, observa-se um aumento entre os atendimentos a adolescentes do sexo masculino em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA), mas uma redução entre os que cumprem simultaneamente as duas medidas de junho para julho, seguido de um leve aumento no mês de agosto. Em referência às adolescentes do sexo feminino, o atendimento manteve-se estável entre as que estão cumprindo a LA e uma discreta redução entre as que estão cumprindo a PSC e as duas medidas ao mesmo tempo, conforme sinaliza a tabela 2.

TABELA 02 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	JUNHO 2021		JULHO 2021		AGOSTO 2021	
	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM
Nº Adolescentes em cumprimento de LA	300	56	337	56	379	57
Nº Adolescentes em cumprimento de PSC	233	49	249	43	261	54
Nº Adolescentes em cumprimento de LA e PSC Simultaneamente	92	19	69	15	78	14

Fonte: Célula de Atenção a Média Complexidade – CAMC/SPS

CREAS REGIONAIS

Quanto aos serviços regionalizados, as equipes técnicas continuam realizando os atendimentos nas modalidades presencial e remota. Entre os meses de junho e agosto, o número de atendimentos presenciais aumentou de 187 para 329, representando 75,93%. Contudo, em relação à modalidade remota, houve uma redução de 172 para 23 atendimentos, equivalente a 86,62%.

No que se refere à quantidade de famílias atendidas, os equipamentos registraram uma diminuição de 77 para 62 famílias. Já em relação ao acompanhamento, houve um discreto aumento, de 351 para 381 famílias acompanhadas.

No tocante ao Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, observa-se o aumento de adolescentes do sexo masculino no cumprimento de PSC e simultaneamente nas duas medidas do mês de junho para julho, acompanhado de uma redução em agosto. Referente ao cumprimento de LA, registrou-se uma diminuição, seguida de leve aumento no último mês do trimestre em questão. Com relação às adolescentes do sexo feminino, não houve alteração, conforme observa-se na tabela 3.

TABELA 03 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO						
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	JUNHO 2021		JULHO 2021		AGOSTO 2021	
	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM
Nº Adolescentes em cumprimento de LA	06	01	04	01	04	01
Nº Adolescentes em cumprimento de PSC	03	01	05	01	02	01
Nº Adolescentes em cumprimento de LA e PSC Simultaneamente	00	00	02	00	00	00

Fonte: Célula de Atenção a Média Complexidade – CAMC/SPS

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP)

Entre os meses de junho e agosto, houve uma redução da quantidade de pessoas em situação de rua atendidas, passando de 6.167 para 3.983 pessoas, representando 35,41%. No que se refere à quantidade de pessoas em situação de rua com retorno à família/comunidade, constatou-se o aumento de 68,75%, passando de 16 de para 27 retornos.

Já em relação aos encaminhamentos para unidades de acolhimento, observou-se um aumento de 316,12% no referido período, passando de 31 para 129.

Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Evidencia-se nessa área, em junho de 2021, o **encerramento do termo de colaboração** para a oferta do Serviço de Comunidade Terapêutica, considerando-se que o perfil do mesmo não compõe a rede de serviços do Suas. Assim, a Gestão Estadual manteve a oferta de 19 Serviços de Acolhimento, atendendo 497 pessoas, distribuídas em:

08 Abrigos Institucionais para Crianças e Adolescentes, no município de Fortaleza.

04 Abrigos Institucionais Regionalizados para Crianças e Adolescentes, sediados nos municípios de: Jaguaruana, Itaitinga, Caririçu e Ararendá.

01 Abrigo Institucional para Idosos, no município de Fortaleza.

06 Residências Inclusivas para Jovens e Adultos com Deficiência, no município de Fortaleza.

Em agosto, houve a implantação da Brinquedocreche no Abrigo Tia Júlia Primeira Infância, oportunizando um espaço lúdico, interativo e educativo para as crianças, favorecendo o desenvolvimento infantil nos aspectos motores, cognitivos, emocionais e de convivência.

O trabalho de proteção e prevenção à disseminação e impactos da Covid 19 continua sendo realizado pelas unidades de acolhimento. Em junho, foram registrados 13 casos confirmados, mas em julho e agosto não houve nenhum, apenas casos suspeitos. Na tabela 4, verificam-se os dados acumulados da Covid 19 nas unidades de acolhimento. Entretanto, ressalta-se que as medidas sanitárias de proteção e prevenção permanecem para conter a disseminação do vírus.

TABELA 04 – SITUAÇÃO DA PANDEMIA COVID 19 NOS EQUIPAMENTOS DO ESTADO QUE EXECUTAM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

EQUIPAMENTOS	USUÁRIOS COVID 19			
	POSITIVOS	SUSPEITOS	POSITIVOS E RECUPERADOS	ÓBITOS
Abrigo dos Idosos	11	05	10	01
Abrigo Tia Júlia Primeira Infância	12	02	12	00
Unidade de Acolhimento I	01	08	01	00
Unidade de Acolhimento II	07	01	07	00
Abrigo Renascer	01	00	01	00
Abrigo Nossa Casa	05	06	05	00
Abrigo Regional de Itaitinga	00	02	00	00
Abrigo Regional de Jaguaruana	02	01	02	00
Abrigo Regional de Caririçu	02	08	02	00

Abrigo Regional de Ararendá	05	14	05	00
Residência Inclusiva I	00	08	00	00
Residência Inclusiva II	05	09	05	00
Residência Inclusiva III	02	01	02	00
Residência Inclusiva IV	03	05	03	00
Residência Inclusiva V	02	01	02	00
Comunidade Terapêutica São Padre Pio*	02	00	02	00
TOTAL GERAL	60	71	59	01

Fonte: SPS/CPSE – Dados acumulados da pandemia no período de janeiro a julho/2021.

* O Serviço da Comunidade Terapêutica foi encerrado em 30/06/2021, sendo os dados registrados na tabela até o referido período.

O trabalho de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários está ocorrendo de forma remota e também presencial, com o agendamento de visitas, cumprindo todas as medidas de segurança. As ações de autonomia e profissionalização dos acolhidos foram desenvolvidas com a inserção e permanência no mercado de trabalho de 14 jovens, possibilitando o desenvolvimento profissional, educacional e social dos mesmos.

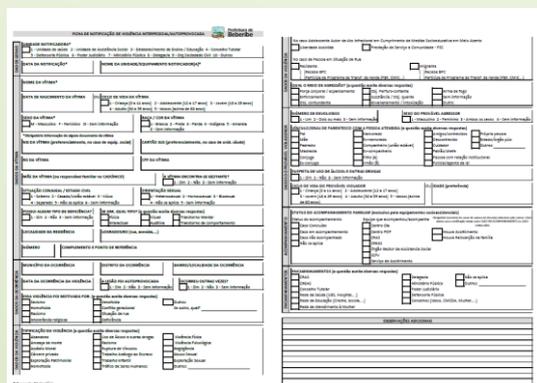
No que concerne às ações de formação e capacitação continuada junto aos profissionais das unidades de acolhimento, foram desenvolvidas 03 oficinas que abordaram as seguintes temáticas: “Interlocação entre PAEFI e Serviço de Acolhimento”; “Nivelamento das Residências Inclusivas” e “Orientações Técnicas sobre o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”. As oficinas foram realizadas de forma remota e presencial, envolvendo, ao todo, 205 participantes.

MEU MUNICÍPIO NO BOLETIM DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Este espaço destina-se à divulgação de boas práticas realizadas pelos municípios cearenses no tocante aos serviços, programas e projetos da política de assistência social. Para participar, basta encaminhar um breve relato da ação para o e-mail vigilanciasocial@sps.ce.gov.br, o qual deve vir acompanhado do nome e função do representante do município.

BEBERIBE

*“Conhecer as situações de risco e vulnerabilidade social é essencial para qualificar as atividades de planejamento, organização e execução de ações da gestão e dos serviços socioassistenciais. Pensando nisso, o município de Beberibe vem buscando estratégias de coleta de dados, discussões de casos e ações de acompanhamento às famílias e indivíduos que vivenciam situações de violência e/ou violação de direitos. A partir da realização do fórum intersetorial sobre enfrentamento à violência, ocorrido em 2019, foram discutidas estratégias para a identificação dos casos de violência no município, a fim de levantar dados periódicos que colaborassem com a implementação de ações de enfrentamento às diversas violações de direitos, o que levou ao encaminhamento da criação de uma comissão para estudo e padronização das notificações de violência/violação de direitos em Beberibe. A primeira ação dessa comissão foi a criação da **Ficha Municipal de Notificação de Violência**, que foi a unificação da Ficha de Notificação do SINAN e do CEMARIS, pensada para*



ser utilizada por todos os equipamentos que atendem vítimas de violência/violação de direitos, a fim de criar um banco de dados local sobre a situação real do município. Após a implementação da ficha, a vigilância socioassistencial realizou capacitação com todos os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, ação que é executada todos os anos, a fim de fortalecer a rede e manter ativo o diálogo entre os atores que a compõem. Como resultados da implementação da ficha, em 2020, tivemos um aumento de 48% de casos notificados em relação a 2018 e 2019, bem como já é possível visualizar como está funcionando os fluxos de referência e contrarreferência ocorridos entre os equipamentos da rede. Dessa forma, identificando a real importância desse banco de dados e do fortalecimento do uso da Ficha de Notificação por todos os equipamentos do Sistema de Garantia de Direitos, foi instituída através da Lei 1.350/2021, a obrigatoriedade da utilização da ficha de notificação por toda a rede de atendimento municipal a pessoas em situação de risco pessoal e social”. Giselle Moraes – Técnica da Vigilância Socioassistencial de Beberibe

PORTEIRAS

*“Com o avanço da pandemia pelo coronavírus e a necessidade do isolamento social, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Porteiras, ampliou o olhar para mulheres, crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidades. É em casa ou em seu entorno que acontece a maioria dos casos de violências, sendo comprovada evidência ainda maior, no período de isolamento social. Dessa forma, podemos afirmar que a pandemia trouxe o alerta também para o triste panorama de violências cometidas dentro dos domicílios, decorrentes do convívio com seus agressores somado ao estresse e ansiedade gerados pelo isolamento, que tem desencadeado novas situações de violência. Para minimizar os seus impactos, os equipamentos socioassistenciais e Conselhos de Direitos Municipais, executaram o **Projeto Quarentena Sem Violência Doméstica** contra a mulher, crianças, adolescentes e idosos, com o intuito de sensibilizar a população sobre a temática alertando sobre os riscos, prevenção, enfrentamento e canais de denúncias. Dentre as ações realizadas estão a produção de cartazes, utilizando imagens de trabalhadores do SUAS “Porteiras diz não a violência” e afixados em comércios, órgão públicos e privados; capacitação remota para os profissionais do SUAS sobre a temática; spots e vídeos informativos nas redes sociais; mídias informativas em som volante na zona urbana e rural; programas de rádio; webnários, cursos online, workshop, lives e palestras para o público do CADUNICO, PAIF, PAEFI, SCFV, Diretores de Escolas, Diretores de OSC e Coordenadores da ESF”. Claudineide Santos – Secretária de Assistência Social de Porteiras*



Expediente

Boletim elaborado pela Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social – CGSuas/ Célula de Vigilância Socioassistencial com a colaboração das Coordenadorias de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e do Programa Primeira Infância no Suas, por meio de encaminhamento dos dados essenciais ao fortalecimento da Política de Assistência Social.

Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS

**Maria do Perpétuo
Socorro França Pinto**
Secretária Titular

**Francisco José Pontes
Ibiapina**
Secretário Executivo de
Proteção Social

**Célia Maria de Souza
Melo Lima**
Coordenadora de Gestão do
Sistema Único de Assistência
Social - CGSuas

Sabrina Maranh Maia Fava
Orientadora da Célula de
Vigilância Socioassistencial

Equipe Técnica:
Augusto César Oliveira
Cândida Fontenele
Eileen Holanda
Magaly Castro